

erráticas. Por causa desta última característica, será mais adequada a explicação das oscilações do voto de classe como resposta aos estímulos políticos (modificações no perfil da oferta partidária) do que como resultado de uma mudança social estrutural, a qual seria apenas adequada caso se verificasse um declínio sistemático e gradual, para além de generalizado. Ora tal não se verifica.

O paradoxo é que o único capítulo (5) onde são testados os efeitos das mutações na oferta partidária sobre o comportamento dos eleitores revela resultados que nem sempre têm significado estatístico. Daqui conclui Evans pela necessidade de se especificar melhor em que condições a polarização ideológica pode ter efeito sobre o voto de classe.

Portanto, as duas principais conclusões do estudo são: primeiro, a de que não há um declínio generalizado do voto de classe nas democracias ocidentais; segundo, a de que a evolução do voto de classe responde tanto ou mais a estímulos políticos do que a efeitos sociais. Daqui decorre que as classes sociais não tendem necessariamente a «morrer» como preditores do voto, embora também nunca tenham tido a importância que os estudos tradicionais lhes atribuíam, e que os partidos políticos tiveram e têm um papel determinante nesta matéria.

Este livro afigura-se-me como uma obra crucial em matéria do impacto da estratificação social na política. Primeiro, pela sua grande solidez teórica e metodológica. Segundo, por vir questionar a «nova ortodoxia»

através de um uso muito cuidado e sofisticado de abundante evidência empírica, demonstrando, nomeadamente, a enorme complexidade do fenómeno.

Mas este estudo apresenta também limitações. Primeiro, apesar da complexidade técnica das análises, não há um apêndice metodológico que torne o estudo mais acessível aos leitores menos versados nas técnicas estatísticas usadas, muitas delas pouco correntes. Segundo, como afirma Peter Mair no capítulo de debate, a limitada ênfase comparativa do estudo, muito centrado nos países do Norte da Europa, dificulta grandes generalizações das conclusões. Terceiro, a limitação anterior, bem como as contradições de resultados entre pelo menos alguns dos capítulos, mostram que há ainda muito por fazer em matéria do estudo do impacto das clivagens sociais sobre o voto.

ANDRÉ FREIRE

Lourenzo Fernández Prieto (dir.), **Terra e Progreso. Historia Agraria da Galicia Contemporânea**, Vigo, Ediciónes Xerais de Galicia, 2000, 552 páginas.

Desde os anos 70 que a história agrária é uma das áreas de investiga-

ção com mais vitalidade na Galiza. Nessa altura, em que começava na universidade galega uma «autêntica ruptura historiográfica»¹, marcada pela recepção das propostas da escola dos *Annales* e da nova história económica, alguns académicos galegos contribuíram para a delimitação da história agrária como objecto de estudo que então se processava em Espanha.

Durante a década de 70 e inícios da seguinte (considerado o primeiro período da historiografia galega), dentro e fora da academia, dominavam as ideias de que a Galiza padecia de um atraso secular e de que era incapaz de acompanhar o progresso. No segundo período, entre 1983 e 1993, em que é possível delimitar a historiografia galega, a história agrária beneficia do contributo de outras ciências sociais (sobretudo geografia e antropologia) e renova-se com o aparecimento de outras perspectivas de análise. Nestes anos há «un certo labor colectivo de reinterpretación que devén na construción dunha memoria diferente daqueloutra que facía fincapé no atraso agrario e concebía o mundo rural contemporáneo como politicamente reaccionario, socialmente inerte, inobilista desde o punto de vista económico e eixo dun suposto subdesenvolvimento inmemorial» (p. 10). As propostas reinterpretativas desenvolveram-se em confronto nem

sempre explícito com a *corrente* que insistia no imobilismo e no atraso².

Este livro reúne artigos de autores que contribuíram para a desconstrução desse paradigma de atraso secular. São textos, antes dispersos por diversas publicações e idiomas, que resultam de investigações desenvolvidas sob os efeitos da interdisciplinaridade e da procura de novos enquadramentos teóricos. Não se contemplam estudos produzidos nos anos 70 nem os da nova geração de investigadores que começaram a publicar nos anos 90. Explica o editor, Lourenzo Fernández Prieto, que reuniu os trabalhos que melhor explicam as linhas centrais da Galiza rural dos últimos dois séculos, preferindo aqueles que partilham a sua proposta interpretativa. Em sua opinião, é necessário ultrapassar definitivamente a «síndrome do atraso agrário» como explicação para todos os males contemporâneos e assumir que a Galiza, sendo terra de *labregas* e *labregos*, não ficou alheada das transformações sócio-económicas, políticas e tecnológicas que atravessaram o mundo ocidental. Perante a diversidade e abundância da produção historiográfica sobre estes temas, o editor teve de fazer escolhas difíceis, de modo a oferecer uma leitura coerente, problematizante e complementar. Dos artigos seleccionados, alguns entretanto

¹ Justo G. Beramedi, «Tres lustros para investigar dous séculos: un desenvolvemento desigual», in J. G. Beramendi (coord.), *Galicia e a Historiografía*, Santiago de Compostela, Tórculo Edicións, 1993, pp. 243-273.

² A obra citada na nota anterior inclui um artigo de A. Artiaga Rego e M. Jesús Baz dedicado a esta fase («Os estudos de historia agraria da Galicia contemporánea 1982-1992: balance dunha década», pp. 275-302).

tornaram-se *clássicos*, sustentaram as premissas da *corrente reinterpretativa* e abriram inúmeras portas para investigações desenvolvidas nos anos seguintes e ainda em curso.

Depois de uma excelente introdução, onde Lourenzo Fernández Prieto, além de justificar a pertinência das escolhas, traça o percurso e perspectiva os caminhos para a história agrária galega, seguem-se vinte artigos, repartidos por seis capítulos. Cronologicamente, as análises privilegiam o período que medeia entre a segunda metade do século XVIII e a década de 30 do século XX. Apenas três rompem a *barreira* da guerra civil e chegam aos anos 40-50 ou 90. O prolongamento das análises pelo franquismo, tímido durante os anos 80 e parte dos 90, promete dar, a avaliar pelos trabalhos em curso, continuidade ao inconformismo e rigor revelados pelos autores presentes nesta colectânea e por outros que aqui não estão.

No primeiro capítulo, «Cambios e inercias na agricultura galega contemporânea», revelam-se os passos iniciais da *corrente renovadora* e estabelecem-se as coordenadas temporais e teóricas que de forma flexível orientaram esse labor colectivo. Seguindo a ordem da publicação original, e não a da organização do capítulo, uma imagem positiva das mudanças foi pela primeira vez apresentada por R. Villares. O autor estabelece duas fases distintas, que servirão de referência nos anos seguintes, sublinhando que o relativo atraso revelado pela agricultura galega durante o século XIX vai

alterar-se entre 1890 e 1930, quando ocorreu a primeira modernização do sector, «despois de varios séculos nos que a estabilidade — non estancamento — fora a norma» (p. 61). No artigo seguinte, Rodríguez Galdo considera que nos séculos XVIII, XIX e começos do XX são notórias as capacidades de adaptação dos camponeses às mudanças. São sinais de uma «vía específica de evolución da sociedade tradicional» (p. 100), onde o crescimento do sector não exigiu modificações próprias da modernização ocorrida nas economias avançadas.

No início da década de 90, Fernández Prieto fez um balanço de dez anos de debate teórico assente em novos dados empíricos e recente bibliografia. A complexidade das realidades camponesas torna necessário ter em conta que, em determinados locais e em certos períodos, os *labregos* foram protagonistas da passagem de um sistema agrícola assente nos recursos para outro assente na ciência. Estas transformações, que não são processos exclusivamente económicos ou técnicos, mas também sociais e políticos, têm sido menosprezadas pelas análises centradas na acção do mercado e na intervenção do Estado. Rejeita os conceitos de modernização e progresso. Consolida o conceito de adaptação como instrumento mais adequado para compreender as implicações das diferentes reacções dos camponeses perante o avanço do capitalismo numa sociedade periférica.

Os estudos que se seguem permitem captar essa realidade matizada, evidenciando as estratégias de adap-

tação e resistência que conferem especificidade à sociedade rural galega.

Pelas contribuições reunidas no capítulo II, «Conflitos sociais e agrarismo», que aplicam os instrumentos teóricos fornecidos por E. P. Thompson, E. Hobsbawm e J. C. Scott, constata-se que os camponeses desenvolveram diversas formas de protesto contra velhas práticas e novas imposições. A. Fernández González demonstra como as estratégias antifiscais (expressas em actos subterrâneos e em conflitos abertos), desenvolvidas de 1700 a 1840, respeitam a lógica da economia moral que rege as sociedades camponesas tradicionais. Os cinco autores seguintes (H. Hervés Sayar, A. Fernández González, L. Fernández Prieto, A. Artiaga Rego e X. L. Balboa López) prolongam o estudo dos movimentos sociais de 1750 a 1950, concluindo que há momentos de maior e de menor conflitualidade, mas que os camponeses nunca estão *adormecidos*, ainda que à primeira vista o pareçam.

O dinamismo do campesinato foi particularmente notório entre a década de 80 do século XIX e os primeiros trinta anos do seguinte, enquanto durou o movimento agrarista. O agrarismo tem sido um dos temas mais glosados pela *corrente renovadora* para provar o protagonismo dos camponeses nas transformações que ocorreram no *agros*. A formação e o percurso das associações agrárias foram muito diversos. No caso da região Baixomiñota — apresentado por H. Hervés Sayar —, as sociedades surgiram entre 1900 e 1905 por

influência urbana e integraram-se nos jogos da política local. Como estas, todas nasceram contra o Estado e/ou para colmatar as deficiências da acção deste. Todavia, as *societárias* tiveram um fim semelhante: não resistiram à repressão e à desarticulação decorrentes da guerra civil e da consolidação do franquismo (L. Fernández Prieto).

Nos capítulos III e IV, «Formas de producción e innovacións tecnológicas» e «A gandería: chave da comercialización e o desenvolvemento», respectivamente, torna-se mais nítida a relevância do movimento agrarista na adaptação de inovações produtivas e comerciais à realidade galega e de como o papel das organizações foi essencial para a aceitação ou não das novidades. Mas não só.

O capítulo III abre com um retrato da agricultura galega em finais do século XIX. F. Dopico aceita a ideia do atraso. Com base em dados estatísticos, demonstra que o crescimento resultou da acumulação de trabalho humano compatível com a estagnação tecnológica e que a manutenção da policultura atrofiou o alargamento da especialização pecuária. Os artigos que se seguem (num Fernández Prieto é único autor e no outro faz parceria com Balboa López) permitem matizar esta percepção. Ambos tratam temas recorrentes da história económica, um da introdução da debulhadora mecânica (1900-1936), o outro do uso de fertilizantes químicos (séculos XIX-XX). Fernández Prieto, ao descrever as modalidades que permitiam que uma debulhadora

fosse utilizada em várias explorações, critica as explicações que utilizam as estatísticas de entrada destas máquinas numa determinada região ou país como indicador do nível de modernização. A quantidade de fertilizantes químicos utilizados também não serve como indicador. Os sistemas de cultivo e as formas de fertilização (assente no tojo) conhecidas pelos camponeses proporcionavam um máximo aproveitamento da terra, tornando desnecessária a aplicação de químicos, vantagens que nos últimos anos a história ambiental tem valorizado: sem esgotar irremediavelmente o solo nem pôr em causa os equilíbrios naturais.

Mesmo que a especialização pecuária não tenha sido levada até ao máximo na segunda metade do século XIX, conseguiu responder, através de mecanismos que X. Carmona Badía explicita, às solicitações do mercado inglês. Este período cronológico é o ponto de partida de Martínez López, que acompanha as transformações no sector até 1995: da complementaridade entre agricultura e pecuária à especialização leiteira. O sector ganadeiro, analisado neste capítulo IV, é um caso paradigmático de como os agricultores reagiram às tendências do mercado.

A importância do tojo na fertilização orgânica, a necessidade de pastos para sustentar a procura ganadeira e a carência de terras para cultivar são factores que, como demonstra de forma convincente Xesús Balboa, explicam a persistência dos extensos baldios (abrangem actualmente 63%

do território galego, pouco menos do que no século XIX). A centralidade do *monte* nas economias camponesas conduziu as comunidades a contestarem de forma veemente e por vezes violenta as tentativas do Estado para se apropriar destas terras. No artigo de Rico Boquete, que completa o capítulo V, dedicado a «O monte: espacio agrario e florestal», compreende-se que os projectos de reflorestação foram uma das estratégias recorrentes para transformar a vocação produtiva e o estatuto jurídico desses territórios. As reacções contra a floresta, interpretadas pelos agentes do Estado como exemplos de primitivismo e desinteresse pela inovação, visavam antes de mais garantir as condições de reprodução das comunidades locais.

O último capítulo, sobre «As complexas formas da propriedade agraria en Galicia e a súa evolución contemporánea», é composto por quatro artigos. Dois são dedicados aos foros. Artiaga Rego analisa, do ponto de vista económico e social, o processo de remissão de 1873 a 1900. R. Villares faz um abordagem comparativa entre a Galiza, o País Valenciano e Portugal desde o Antigo Regime até à tardia extinção dos foros galegos, nos primeiros anos do século XX. Em conjunto, oferecem uma visão panorâmica, temporal e espacial complementar desta questão central na história galega contemporânea e que tem merecido atenção em todas as fases da historiografia. Nos outros artigos retoma-se a escala micro. Baz Vicente trata da contestação e abolição do domínio

directo nas primeiras décadas do século XIX em três localidades, enquanto Domínguez Castro traça o destino oposto de duas famílias cuja riqueza, uma proveniente da propriedade fundiária, outra do comércio, lhes permite tornarem-se «banqueiros privados» nas áreas onde residem.

Este labor colectivo incorporou as especificidades de formação, linguagem e interesses de cada autor na problematização das questões. E isso resulta numa das singularidades desta colectânea: confronta-nos em cada momento com as certezas e as incertezas dos investigadores na recolha e interpretação dos dados, com os limites da recusa e da aceitação de cada nova aproximação, permitindo-nos acompanhar o diálogo que os autores e os textos vão estabelecendo entre si.

Vista *por dentro*, a Galiza rural está em ebulição: contesta-se o Estado e às vezes também as elites; adequam--se novas máquinas às exigências das pequenas parcelas; avaliam-se constantemente as potencialidades dos antigos métodos e técnicas; discutem-se as melhores formas de beneficiar de cada conjuntura económica e política; investem-se capitais; procuram-se respostas para novos problemas. É uma sociedade onde as permanências resultam, não da inércia, mas de escolhas racionais. Esta imagem é distinta daquela que a historiografia, nomeadamente a portuguesa, tem fornecido das sociedades camponesas. Conduzindo-nos tanto por análises micro (uma zona, aldeia, movimento, família) como por estudos comparativos e macro, tanto

restringidas a poucos anos como abrangendo um tempo longo, esta colectânea fornece contributos importantes para discutir e continuar a investigar as sociedades rurais periféricas.

Este livro contribui também para recolocar a história agrária da/na Galiza a três níveis.

Primeiro, tem por objectivo divulgar fora da academia as propostas da *corrente renovadora*: «Cada sociedade tem que construir a sua própria memória e na Galícia de hoje xa non nos serven as ideias que herdamos sobre o pasado agrario, pois novas pescudas e novas conclusións están a proporcionar un coñecemento sensiblemente diferente» (pp. 9-10). Conferindo à história uma forte função social, que muitas vezes lhe tem sido negada, L. Fernández Prieto entende que é necessária outra história para outro presente.

Segundo, contribui para reforçar a posição da *corrente renovadora* na comunidade académica em Espanha. Ainda que durante os anos 90, na Galiza e fora dela, as interpretações tendam a dar atenção tanto às mudanças como às permanências, as questões relativas ao atraso económico (que ultrapassam as estritamente agrárias) espanhol estão longe de estarem resolvidas e continuam a motivar discussões³.

³ Uma síntese dos contributos da história agrária e rural para esta discussão é fornecida, por exemplo, nos «estados da questão» temáticos publicados no último número de 2000 e nos primeiros de 2001 da *Historia Agraria. Revista de Agricultura e Historia Rural*, com que se assinalam dez anos de existência desta publicação.

Terceiro, integra a historiografia agrária galega nas correntes da historiografia europeia que contestam a aplicação de um único modelo para avaliar as transformações que ocorreram na Europa contemporânea. E que têm salientado a resistência e capacidade de adaptação da agricultura familiar às diferentes conjunturas económicas.

DULCE FREIRE

Carlos Fortuna, Identidades, Percursos, Paisagens Culturais, Oeiras, Celta Editora, 1999.

O livro de Carlos Fortuna *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais* tem, à partida, um inegável mérito. Faz-nos percorrer temas e problemas habitualmente arredados das discussões sociológicas, muitas vezes entendidos como objectos menores da atenção do investigador. Ora muitas dessas questões cunham as práticas sociais contemporâneas, quer as que agora emergem, como também aquelas que se recompõem. Sondar o domínio da «cultura expressiva», como assinala o autor logo na introdução (p. 1), é buscar o sentido da representação quotidiana das relações sociais, marcadas fortemente pelo contexto de intensa massifica-

ção das imagens mediáticas, e de valorização das formas de encenação das identidades e de revelação pública da individualidade.

É um domínio caprichoso. O autor alerta-nos para o facto de a «cultura contemporânea ser de forma crescente uma cultura expressiva, em que abundam práticas de externalização e de objectivação dos sentimentos, gostos e preferências dos sujeitos», «não deixando de ser também uma outra cultura de internalização, subjectiva e intimista». E conclui «A subjectividade e a auto-reflexão são terrenos de negociação dos sujeitos com a cultura objectiva que os cerca e interpela» (p. 1).

Mas, afinal, o que há aqui de novo e de reconfiguração? É que à ideia de que estamos perante uma indiscutível novidade poderemos sempre contrapor que, no domínio das práticas sociais, na actualidade recente, apenas foram apuradas as formas de desempenhar papéis em público graças a uma amplificação acústica e visual, performativa, derivadas do valor social que o alargamento massificado de um mercado de receptores das mensagens permite.

Será que a generalização da imagem enquanto estratégia comunicacional, o apelo à participação de todos na produção de eventos, na consumação dos bens social e simbolicamente relevantes, está (ou não) a contribuir para a edificação de um novo mundo, ou antes de uma nova humanidade?

O que é inegável, tenha-se uma visão depreciativa do que para muitos